

**ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA
BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS VINTE E SETE
DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE, NA SEDE DA EBC, EM
BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO**

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (Presidente); **Ana Luiza Fleck Saibro** (Vice-Presidente); **Diogo Moyses Rodrigues** (Secretário-Executivo); **Anna Maria Buarque de Hollanda** (Ministra da Cultura); **Helena Chagas** (Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social); representando o Ministro Aloizio Mercadante, o Sr. **Luiz Antônio Elias** (Secretário Executivo do MCT); **Maria do Pilar Lacerda** (Secretária de Educação Básica), representando o Ministro da Educação; **Maria da Penha Maia Fernandes**; **Lúcia Willadino Braga**; **Paulo Ramos Derengovski**; **Daniel Aarão Reis Filho**; **João Jorge Santos Rodrigues**; **Heloisa Maria Murgel Starling**; **Takashi Tome**; **Mário Augusto Jakobskind**; **Ana Maria da Conceição Veloso**; **Guilherme Gonçalves Strozi**; **Manoel Roberto Seabra Pereira**; **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de Diretora-Presidente; além dos diretores **Marco Antônio Fioravante** (Diretor Jurídico); **Roberto Gontijo** (Diretor de Suporte); **Roberto Garcez**, (Diretor de Serviços); **Nereide Beirão** (Diretora de Jornalismo); dos superintendentes **Rogério Brandão** (Superintendente de Programação); **Nelson Breve** (Superintendente de Comunicação Multimídia); da **Regina Lúcia Alves Lima** (Ouvidora-Geral); e do **Ricardo Collar** (Secretário Executivo). Os conselheiros **Paulo Sérgio Pinheiro**, **José Antônio Fernandes Martins**, **Murilo César Ramos** e **Cláudio Lembo** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1. Abertura e aprovação da ata da 29ª reunião; 2. Ouvidoria – Relatório de agosto; 3. Informes da Diretoria Executiva; 4. Informes da Câmara de Rádio; 5. Seminário sobre o Balanço da Gestão; 6. Outros Assuntos. 1) A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** abriu a reunião, saudando a presença de todos e registrando a presença das Ministras **Helena Chagas** e **Anna Maria Buarque de Hollanda**, da Secretária de Educação Básica do MEC **Maria do Pilar Lacerda** e o Secretário Executivo do MCT, **Luiz Antônio Elias**, dizendo que a pauta havia sido feita antes dos últimos acontecimentos, questionando se estavam todos de acordo. A Conselheira **Helena Chagas** solicitou que houvesse uma inversão da pauta, dando prioridade ao item 4, em virtude de, talvez, ter de se ausentar da reunião, havendo a acórdância de todos. O Conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** sugeriu que, como o item de programas religiosos tem sempre evidenciado um grande potencial de discussão, fosse estipulado um tempo para o término para a discussão, o que deveria ser feito no momento da discussão. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** passou para a aprovação da Ata da 29ª Reunião, dando a palavra ao Secretário Executivo. O Sr. **Diogo Moyses Rodrigues** propôs que, como a Diretora Presidente fez alguns pedidos de modificação na ata, bastante pertinentes, fosse aprovada na próxima reunião. O Conselheiro **Paulo Ramos Derengovski** solicitou que constasse na ata a ida do Conselheiro **Paulo Sérgio Pinheiro** à Síria, para tentativa de pacificação; a ida do Conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** à Tunísia, que está lançando um livro sobre isso; além da participação dele, **Paulo Ramos**, no envio de *flashes* à Rádio Nacional sobre as enchentes em Santa Catarina. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** sugeriu que a ata seja aprovada na próxima reunião com as modificações sugeridas, passando a palavra para o Sr. **Diogo** dar alguns informes da Secretaria Executiva. O Sr. **Diogo Moyses Rodrigues** informou que o estudo encomendado à Câmara de Jornalismo a um grupo de pesquisas da Universidade Federal de Juiz de Fora, já apresentado ao Conselho em caráter preliminar, foi concluído e o relatório final encontrava-se sobre a mesa de cada um, devendo a Câmara de Jornalismo voltar a se debruçar sobre ele, buscando um diálogo bastante próximo com a Diretoria Executiva da EBC para avaliar quais das considerações serão pertinentes e poderão ser implementadas no próximo período. Informou que um grupo coordenado pelo Professor **Rogério Christofolletti**, da Universidade Federal de Santa Catarina, dará início, no dia 1º de outubro, a uma avaliação da Agência Brasil para outros telejornais da emissora pública da EBC, devendo estar concluída em abril do próximo ano. Informou ainda que tentarão viabilizar uma pesquisa, sob encomenda da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, sobre os programas educativos *stricto sensu*, que também já foram objeto de debate do Conselho, mas, para que se inicie o mais brevemente possível o acordo com a Universidade Federal de Minas Gerais com a PUC do Rio de



Janeiro, que deverá ser celebrado em breve. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** comunicou que se encontrava em cima da mesa dos Conselheiros uma nota, entregue ao Conselho Curador, naquele momento, sobre a veiculação de missas e cultos nas emissoras, dizendo que poderão tratar do assunto no momento da discussão do tema, passando a palavra para a Sra. Regina Lima fazer a apresentação do relatório da Ouvidoria, parabenizando-a, **em nome do Conselho, pelo primeiro programa que foi ao ar**, dizendo que teve a oportunidade de participar numa entrevista sobre a questão dos programas religiosos. **2)** A Sra. **Regina Lúcia Alves de Lima**, primeiramente, informou que fez cópia desse primeiro programa, distribuindo-o a todos, para mostrar qual a proposta dele. Deu início à apresentação do relatório entregue a todos, informando que houve algumas mudanças na estrutura, que o relatório é de apenas um mês e que as demandas, principalmente as que são em número maior, estão sendo alvo ou pauta dos programas tanto da rádio, da televisão como da agência de notícia, dizendo que era desnecessário falar de números, porque todos estavam de posse deles, mas pedindo que olhassem o programa com o maior carinho para que apontassem questões a serem abordadas no programa. Agradeceu a todos e pediu desculpas por não apresentar o relatório formalmente. O Conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** destacou que a Sra. Regina Lima tem colocado a Ouvidoria num patamar de qualidade superior, sem nenhum desdouro ao trabalho apresentado pelo Ouvidor anterior, e que assistirá ao programa com maior vagar para tentar contribuir. A Conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** também parabenizou a Sra. Regina, assim como o programa Caminhos da Reportagem, que fez uma excelente matéria sobre o aniversário da Rádio Nacional e dos 30 anos do Viva Maria, dizendo que também vai assistir ao programa para dar alguma contribuição. Informou que recebeu uma solicitação de uma telespectadora, a respeito do Programa 3 a 1, e que a repassará para a Ouvidoria. O Conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** fez elogios à cobertura feita pela TV Brasil, no Chile, no momento em que os jovens estavam contestando o modelo. O Conselheiro **Paulo Ramos Derengovski** considerou que o Departamento de Jornalismo melhorou muito, dando parabéns à Sra. Nereide pela linha cada vez mais atuante que está imprimindo ao Departamento. **3)** A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** deu início à apresentação do terceiro item da pauta, os Informes da Diretoria Executiva, passando a palavra para a Sra. Maria Tereza Cruvinel que questionou sobre a inversão da pauta, sendo esclarecido que a mudança foi quanto aos informes da Câmara de Rádio, que ficariam para depois. Disse que deveriam estabelecer um tempo para a discussão da programação religiosa, conforme sugerido anteriormente, ficando estabelecido o tempo de 1 hora. Esclareceu que o Conselho teria que debater dois assuntos importantes em relação aos programas religiosos: sobre uma liminar para a manutenção da programação religiosa e suspensão da Resolução nº 02/2011 do Conselho Curador, referente à saída do ar, em 6 meses, da programação, tempo esgotado no dia 24 de setembro, e sobre uma proposta de programação apresentada pela Diretoria Executiva, passando a palavra para a Sra. Tereza. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** iniciou informando que, no dia 18, a Diretoria Executiva se reuniu para começar a preparar a implementação da Resolução do Conselho, determinando ao Superintendente de Programação e Diretor de Produção fazer reuniões com os responsáveis pelos programas, informando que, no domingo, dia 25, já não haveria veiculação, o que foi feito; determinando a produção de chamadas, informando aos telespectadores sobre a suspensão dos programas, com 3 dias de antecedência, o que não aconteceu, porque as liminares chegaram à véspera; determinando a produção de uma nota para divulgar na Imprensa; e o encaminhamento ao Conselho Curador do documento da proposta de programação, que foi feito dentro do prazo. Informou que tomaram todas as providências para o cumprimento da Resolução, até a chegada das liminares. Passou a palavra para o Diretor Jurídico a fim de melhor esclarecer a questão. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** esclareceu que foram ajuizadas duas ações, pela Mitra Arquiepiscopal e pela Primeira Igreja Batista de Niterói, que não são liminares, mas tutelas antecipadas, esclarecendo a diferença entre elas, os argumentos utilizados, que uma delas suscita um dispositivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos, podendo subir como recurso internacional, gerando um alto nível de complexidade. Mas disse que recorreriam da decisão que suspendeu a eficácia da Resolução nº 02/2011, solicitando aos Conselheiros que enviassem, o mais rápido possível, fundamentos e argumentos para a defesa e eventuais considerações acerca dos motivos que determinaram a expedição desta Resolução. Informou que entrarão com um recurso, que têm o prazo de 10 dias para recorrer, na sexta-feira, em defesa a essa decisão, no sentido de já cassá-la na sexta-feira e, na outra semana, apresentar uma contestação, mas que produzirão quatro peças com fundamentos jurídicos distintos, colocando-se à disposição para qualquer dúvida. O Conselheiro **Paulo Ramos Derengovski** questionou se a ação cautelar baseia-se em algo relativo ao tempo de 36 anos, citado no Direito consuetudinário. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** disse que foi argumentado o prazo de 36 anos, mas não foi alegado como um direito adquirido, esclarecendo mais detalhadamente. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** questionou sobre a questão de o recurso subir para uma esfera internacional. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** esclareceu que, esgotadas as vias recursais sob a análise de um fato dentro do ordenamento jurídico interno brasileiro, a ação obedece todos os requisitos para que se ingresse com uma eventual ação no plano internacional. A **Conselheira Helena Chagas** questionou se existe um prazo para proferir a decisão, visto que a EBC tem o prazo de 10 dias para recorrer. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** informou que o advogado e as partes têm prazo, mas o juiz para sentenciar e decidir não o possui. O Conselheiro **Mário**

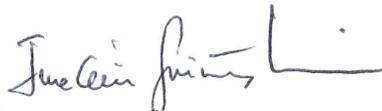
Augusto Jakobskind perguntou quanto tempo durou da entrada do recurso para a decisão do juiz. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** informou que ambas foram deferidas no mesmo dia em que apresentadas. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** disse que era preciso tomar algumas providências, como a questão de passagens se alguém for viajar. O Sr. **Marco Antônio Fioravante** disse que já havia se colocado à disposição para acompanhar a elaboração da defesa desse recurso, a ser apresentada na sexta-feira, despachando no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** considerou que deveriam formar um grupo de trabalho para acompanhar esses recursos, abrindo o tempo para mais debate. Após várias manifestações e esclarecimentos (págs. 15 a 20n.t.), o Conselheiro **João Jorge Santos Rodrigues** disse que, ao conversar com o Dr. Marco Antônio, trocaram as primeiras impressões no sentido de fundamentar a ação da EBC em três pontos: primeiro, do ponto de vista jurídico, já que a tutela antecipada é um instrumento do Código de Processo Civil brasileiro; segundo, dizer qual foi o histórico que construiu essa decisão; e, terceiro, incorporar a história das religiões no Brasil, o viés social e da antropologia para explicar por que chegaram a essa decisão. Esclareceu que, na conversa, chegaram a essas impressões porque a decisão do juiz se baseou em três aspectos: primeiro que, durante o período de preparação para tirar os programas, não foi construído nenhum programa alternativo; segundo, que foi evocada a Constituição Federal de 1988, somente no art. 5º, onde expressa a realidade religiosa, deixou de fora o art. 19 da Constituição, que será o fundamental para a defesa, que diz que é vedado ao Estado, ao Município, à União e às estatais patrocinar, elaborar, trabalhar em conjunto com nenhum segmento religioso, fazendo um relato detalhado sobre tais impressões e, do ponto de vista do Direito Público, colocando-se à disposição para ajudar. A Conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** complementou que existe um documento com um levantamento sobre a quantidade de programas e concessões que as igrejas Católica e Evangélica têm no Brasil, que poderá ser usado como argumentação. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** informou que a Diretoria Executiva, além de todo o esforço do seu corpo jurídico, se for o caso, providenciará um profissional que não seja do corpo técnico da Casa. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** disse que tal providência seria desnecessária, questionando quem poderia dar apoio ao Dr. Fioravante. Ficou decidido que, além das Câmaras, poderão colaborar o Conselheiro João Jorge e o Sr. Diogo, passando a palavra para a Sra. Maria Tereza Cruvinel apresentar a proposta de programação da Diretoria Executiva. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** colocou que trabalharam no sentido de construir uma proposta inclusiva, abrangente, passando a palavra para o Sr. Rogério apresentá-la. O Sr. **Rogério Brandão** deu início à apresentação dizendo que a proposta se norteou na questão da pluralidade máxima e das vivências religiosas existentes no País, expressa no art. 4º da referida Resolução, pluralidade também expressa na carta do Conselho Curador, endereçada ao Padre Dionel e ao Pastor Flávio, fazendo a sua leitura. Passou a detalhar a forma como foi concebida a proposta, que foi feita uma pesquisa comparativa entre as práticas das principais TVs públicas do mundo para se ter um parâmetro de análise, segundo dados do Censo do IBGE, que mostra os números atuais dessa diversidade religiosa. Apresentou informações da TV pública da Espanha, da TV portuguesa e da BBC de Londres, mostrando um pouco como é dividida a programação. Quanto aos formatos, que seria a manutenção da missa, no caso da católica, e do culto ou de programas gravados, podendo ser de natureza jornalística ou registro de palestras, festas, cerimônias ou próprias de cada realidade, no caso da evangélica, além de atender às outras diversidades, com um tempo estipulado em 13 minutos. Esclareceu sobre a forma de se manter uma isonomia, sobre a distribuição na grade e a forma de seleção para haver um processo democrático. Disse que é uma proposta para ser discutida, podendo ser aperfeiçoada em diferentes aspectos. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** chamou a atenção salientando que, dependendo da aprovação, não aprovação ou aprovação parcial da proposta, teriam de rediscutir a primeira decisão quanto à antecipação de tutela. A Conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** solicitou que o Conselho fizesse a análise de sua proposta, no sentido da proposição da empresa ser levada para as Câmaras de direitos humanos e de educação para que possam se reunir, discutir, analisar e trazer um parecer para a próxima reunião do Conselho. O Conselheiro **Takashi Tome** parabenizou a Diretoria da EBC pela produção de uma alternativa, mas manifestou sua discordância em relação à proposta, fundamentando-a e esclarecendo que havia entendido que a EBC substituiria tais programas por um conjunto de programas que dessem explicações sobre essa pluralidade religiosa. O Conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** disse que a proposta escapou do que pretendiam, que um dos problemas que poderia trazer era o de ter que modificar esse quadro, de 10 em 10 anos, porque as estatísticas poderiam variar, que deveria ser refeita para tentar acompanhar, realmente, o que queriam ao retirar os programas do ar. O Conselheiro **Guilherme Strozi** parabenizou a Diretoria por ter apresentado uma proposta, mas que não contemplava a Resolução expedida pelo Conselho Curador, que é a produção de um programa geral que, também, contemple as religiões Católica e Evangélica, pois seria a forma mais democrática para garantir essa diversidade de religião do País. A Conselheira **Helena Chagas** disse que não acompanhou a primeira parte da discussão e, por isso, sentia-se muito à vontade para dizer que gostou muito da proposta, achando-a boa e plural. O Conselheiro **Paulo Ramos Derengovski** parabenizou o Diretor Jurídico, porque toda a questão já estava realmente *sub judice* e que a proposta estava tentando resolver o problema. A Conselheira **Anna Maria Buarque de Hollanda** disse que o estudo foi muito interessante, muito bem feito e pode ser aperfeiçoado, que também

achou muito interessante a proposta do Conselheiro Takashi, de se produzir programas esclarecedores sobre a história das religiões, sobre o significado dessas cerimônias religiosas, mas que a ideia de a EBC produzi-los a assusta um pouco, devendo ser discutida. O Conselheiro **João Jorge Santos Rodrigues** disse que discorda de parte da proposta, porque desautoriza a decisão do Conselho, quanto à retirada dos programas, e que a pesquisa do IBGE possui dados eivados de equívocos históricos, que não há o sincretismo, que reflete, ainda, o medo de uma religião oficial, o medo de autoafirmação, o medo de identidade, podendo causar danos se for feita sob essa ótica, que essa proposta tem que voltar para a Câmara de Cultura e ser discutida lá para voltar muito melhor trabalhada e ter eficácia. Salientou também que deveriam decidir se aplicam ou não o art. 19 da Constituição. Concluiu que os dados do IBGE deveriam ser ajustados, interpretando-se os fenômenos que estão neles embutidos. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** prestou alguns esclarecimentos quanto aos dados estatísticos do IBGE, a forma como foram divididos, explicando detalhes da proposta. Esclareceu que não foi escrito nem dito que suspender seria tirar definitivamente os programas do ar, achando tudo muito preocupante. Disse que a legislação da EBC precisa ser mais lida e as deliberações do Conselho precisam ser mais bem expressas, e que a Diretoria não afrontou ou desrespeitou a Resolução do Conselho. O Sr. **Rogério Brandão** reiterou que a intenção da Diretoria Executiva em apresentar a proposta, de maneira nenhum, era de desrespeitar o Conselho, visto que todos são adultos, profissionais e comprometidos com esse projeto. Reiterou também que na carta da Presidente Ima ao Padre Dionel e ao Pastor Flávio foi feita referência à palavra suspensão, que não busca determinar o fim da programação de cunho religioso. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** fez a leitura do último parágrafo da carta, esclarecendo que colocaram apenas a garantia de que haveria um programa com uma manifestação mais ampla, plural e religiosa, reconhecendo-se a profunda religiosidade do povo brasileiro e sua importância como manifestação cultural, mas que, com isso, achava que haviam entendido que o Conselho estaria fazendo apenas uma modificação de grade, mas que se trata de uma questão muito polêmica. Disse que o Conselho precisará melhorar suas argumentações e, se necessário, terá que fazer isso, acrescentando que devem amadurecer a questão na Câmara, pois, debatendo novamente, poderão encontrar uma saída, além de discutir outra questão surgida, que não foi suscitada antes, de se estabelecer se é serviço, jornalismo ou educativo. Colocou que gostaria de saber quais os outros serviços que a TV Brasil presta nesse sentido e de que forma esse poderia ser mais um serviço, devendo a questão ser mais bem discutida. A Conselheira **Heloisa Maria Murgel Starling** ponderou que não é função republicana prestar serviço religioso à população e que o Conselho deveria fazer essa discussão para que não continue a ser um lamentável equívoco no País, devendo a discussão, realmente, voltar às Câmaras, e, se o Conselho aceitar, republicanamente, esse ponto de cordialidade de prestar serviço religioso terão de discutir qual será a natureza dele. Outro ponto a discutir é o de que não parece haver nenhuma dificuldade de a EBC trabalhar a questão religiosa no sentido dos valores e da sua capacidade de multiplicação dentro do País. O Conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** salientou que a ideia de distribuir o tempo pelas religiões, lotear a TV Brasil pelas religiões, aparentemente, pode ser simples, mas pode se complicar e se tornar absolutamente fora de controle e, se acontecer, poderá ocorrer situações de difícil administração e que as Câmaras, ao discutir o assunto, deverão pensar nessa questão, no sentido de se estabelecer um dono para cada lote e, depois, o dono do lote fazer o que quiser com ele, vindo com sua programação e a EBC devendo colocá-la no ar, mesmo considerando uma proposta inviável. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira**, diante do debate realizado, colocou que a proposta seria a de levar o tema para as Câmaras de Cultura, Meio Ambiente e de Direitos Humanos para que discutam o projeto e apresente ao Conselho um parecer, sendo aprovada pelo Conselho, além de o Departamento Jurídico informar ao Conselho o andamento da ação. Foi feita uma pausa da reunião. 4) A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** reiniciou a reunião, colocando o item dos Informes da Câmara de Rádio, passando a palavra para o Conselheiro Takashi. O Conselheiro **Takashi Tome** informou que haviam previsto, no dia anterior, uma visita ao sistema de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, o que, infelizmente, não se efetivou em decorrência do mal tempo e de alguns problemas técnicos, mas tentarão fazê-la em outra data. Informou também que, no período manhã, aconteceu uma reunião ampliada, com o reforço de alguns Conselheiros, para tratar da questão da rádio digital, com a apresentação da situação. Informou que foram tiradas algumas propostas que terão de transcrevê-las e melhorá-las, pois o processo de definição da rádio digital, em nível governamental, tem ocorrido de uma forma não muito clara para todos, necessitando de uma participação mais efetiva, como solicitar uma participação do Ministério das Comunicações e do Inmetro para um acesso melhor às informações técnicas, além de faltar uma discussão sobre o que o ouvinte realmente quer, devendo-se fazer uma pesquisa e que precisarão continuar discutindo para terem uma melhor ideia de qual seria a proposta para o modelo de ocupação do espectro. Também foi tratada a formação de uma rede pública de rádios, incluindo não apenas a EBC, mas todo o conjunto de rádios públicas, universitárias e comunitárias, tendo sido bastante discutida e tiradas algumas ideias básicas, como a necessidade de discutirem os princípios para formação da rede, o que será mais bem detalhado e colocado em forma de resolução. O Conselheiro **Paulo Ramos Derengovski** ressaltou que foi uma reunião muito positiva e que reuniões desse tipo farão a EBC crescer, mostrando a tremenda e gigantesca importância da rádio, inclusive da Rádio Nacional da Amazônia, para o desenvolvimento de uma comunicação moderna e

construtiva no Brasil. 3) A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** passou a palavra para a Sra. Tereza retomar os informes da Diretoria Executiva. A **Sra. Maria Tereza Cruvinel**, quanto à acessibilidade, informou que estão em curso e em execução algumas medidas que apresentaram no plano de trabalho, passando a palavra para o Sr. Nelson apresentar um balanço das implementações. O Sr. **Nelson Breve** passou a fazer a apresentação, falando da TV: em relação à *legenda oculta*, estão dentro dos limites estabelecidos, de oito horas diárias; em áudio descrição, estão, pelo menos, com três horas semanais; estão utilizando libras plenamente e aguardando o concurso que prevê a contratação de profissionais que traduzam essa linguagem; em relação aos programas, estão com a única repórter com Síndrome de Down da televisão brasileira, Fernandinha, fazendo programas maravilhosos, além do jornal visual com a nova modalidade de apresentação de libras de corpo inteiro; quanto à internet, estão utilizando um *software* livre no site que foi lançado como inovador em matéria de acessibilidade no Brasil, da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência (pessoacomdeficiencia.gov.br); no novo portal da EBC, terão a mais ampla acessibilidade com os padrões internacionais, que conversaram com a Ministra Maria do Rosário para fazerem parcerias com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e com outras entidades a fim de ampliar a acessibilidade; quanto à política de pessoal, o concurso contemplará a proporcionalidade, além de estarem para contratar uma empresa para fazer a capacitação, com palestras institucionais de conscientização de todos os funcionários da EBC para a questão da acessibilidade; e que as novas instalações já estavam adaptadas. A Conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** colocou que estão recebendo reclamações relacionadas às operadoras por assinatura, que retransmitem a TV Brasil, pois não estão prestando os serviços que têm que prestar ao oferecer a programação, como a disponibilização da tecla SAP, solicitando que se dê uma checada. O Sr. **Roberto Gontijo** informou que já estão em contato com as empresas para resolver esse problema, pois é um problema técnico que elas encontram, acrescentando que o objetivo elencado por eles no PPA é o de ampliar e fortalecer o sistema público de comunicação e radiodifusão, buscando universalizar o acesso à população, à programação complementar e diversificada, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania. O Sr. **Ricardo Collar** esclareceu que, quanto aos indicadores de avaliação do programa, a EBC ofereceu o de aumentar o percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre em 25%, que é o que ocorre atualmente; quanto às metas, acolhidas no PPA, são as de ampliar a cobertura da TV Brasil internacional a, pelo menos, 80 países, e já estão com 69 incluindo o Japão, e de ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do plano básico de outorgas, para garantir o acesso de pelo 50% da população à programação da TV Brasil, e já estão com uma cobertura de 25%. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** esclareceu que a cobertura terrestre que estão querendo é a de ampliar a da emissão do próprio sinal da EBC, pois fizeram o milagre de construir uma TV pública, mesmo não tendo canais para fazer o sinal próprio, combinando várias plataformas de distribuição de sinal, o que viabilizou a sua existência. O Sr. **Roberto Gontijo** informou que, quanto à expansão das RTVs, já estão com oito operando e em montagem de mais seis, com expectativa de conclusão no mês de outubro, e que, até o dia 5 ou o dia 6, estarão com o sinal no ar, em digital, em Porto Alegre, que será uma geradora. O Sr. **Ricardo Collar** esclareceu como está sendo distribuída a regionalização da meta de ampliar a produção regional de conteúdos próprios da EBC, implantando mais três canais geradores nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região, tendo a EBC como meta ampliar em 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em ondas curtas e tropicais para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências. O Sr. **Roberto Gontijo** acrescentou que querem recuperar todos os projetos, tanto de ondas curtas como de ondas tropicais, que, na verdade, cobriria mais a Região da Amazônia, que estão com uma faixa de 25% da população atingida, mas que seria um reforço para as ondas curtas. O Sr. **Ricardo Collar** acrescentou quais as iniciativas que a empresa terá que adotar: ampliar e aprimorar a de produção e transmissão, a qualidade dos sinais da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do sistema público de radiodifusão e comunicação; assim como fortalecer os canais de participação direta da sociedade, na gestão de conteúdos dos canais da EBC, e assegurar as condições de atuação no Conselho Curador como órgão consultivo e deliberativo e a implantação do sistema de operador de rede nacional de televisão pública digital. Falou do programa, de 20 e 25% de comunicações para o desenvolvimento e a inclusão; da democracia, que existem várias iniciativas que são implementadas por outros ministérios de forma transversal, dentro do Governo ou por outras empresas; e uma iniciativa, conduzida pela EBC, que é a implantação dos canais públicos de TV digital, apresentando o custo total, a data de início e a data de término. A Conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** solicitou a disponibilização das lâminas da apresentação. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** colocou que a importância de estarem querendo fazer ondas tropicais é pelo fato de quem há lugares aonde não chega nenhum tipo de sinal, nem de rádio, nem de televisão, como é o caso de Girau. O Conselheiro **Takashi Tome** parabenizou a Diretoria da EBC pelas propostas constantes do PPA, tendo sido esgotado o tema. 5) A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** colocou em discussão o último ponto da pauta, sobre a questão colocada pela Sra. Tereza, o balanço de gestão e a questão de um seminário maior. Apresentou a proposta do grupo responsável por estabelecer os

termos dessa reflexão, que sugeri dividir o momento em dois, uma reunião de balanço de gestão, no dia 13 ou no dia 25 de outubro, na forma de auditório, com ampla divulgação, e, no início do ano, uma reunião de reflexão mais política, de perspectivas. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** esclareceu que proposta começou por uma proposição do Conselheiro Daniel, que fosse um seminário de reflexão, algo mais arrojado, com convidados, momento, inclusive, de discutir o modelo da EBC. Depois, a discussão evoluiu para se constituir um grupo para formatar isso, com a participação da Diretoria Executiva, tendo ela indicado o Diretor Garcez, o que constou de ata, mas registrou que ele não foi chamado para nenhuma participação nesse grupo que concebeu esse evento. Acrescentou que não existe nenhuma previsão de prestação de contas de quadriênio, mas, como se achou que teriam um saldo enorme para deixar, que o legado da EBC é valioso, poderão fazer o seminário com muito prazer, mas colocou como problema a questão da agenda. Registrou que considera que deve ser feito, mas que não é um rito ordinário, e sim um rito republicano. O Sr. **Diogo Moyses Rodrigues** esclareceu que o grupo não se reuniu, que os conselheiros convidados aceitaram participar desse grupo, refletiram sobre a proposta apresentada, de dividir esses dois momentos, e, diante disso, ele e a Presidente enviaram a ela, por e-mail, a proposta e dialogaram com ela por e-mail, informando que não havia propostas concretas a respeito do formato, do modelo e de temas a serem abordados nesse seminário. O **Conselheiro Daniel Aarão Reis Filho** colocou, apesar de haver concordado com o desdobramento em dois momentos, se não estavam diante de uma discussão que reclama uma melhor preparação e se conseguiriam fazê-la em apenas um dia, talvez, deixando-a para novembro, em dois dias, além de ter a participação de convidados que viessem de outras entidades. O Sr. **Diogo Moyses Rodrigues** considerou que havia entendido que, em outubro, teriam um balanço de gestão e, de novembro para dezembro, esse grande seminário sobre a EBC e sistema público. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** ponderou que as duas coisas seriam pertinentes, mas era preciso considerar alguns aspectos internos que cabe à Diretoria informar. Colocou que seria interessante acontecer em janeiro, por questão de problemas orçamentários para fechar o ano, além de outras questões de ordem financeira. Ficou estabelecido realizar uma reunião aberta, no dia 14 de outubro, devendo-se pensar na melhor forma de realiza-la. 6) O Conselheiro **Guilherme Strozi** informou que será feita uma pesquisa sobre a forma e o conteúdo da Agência Brasil, solicitada à Universidade Federal de Santa Catarina, pedindo ao Sr. Diogo entregar a todos a carta enviada pelos funcionários, editores e repórteres da Agência Brasil, sobre a rotina operacional da Agência, em virtude de uma reunião interna que fez com os funcionários, para, na verdade, elencar algumas dessas análises. A Sra. **Nereide Beirão** informou que, como a Ouvidoria havia feito um levantamento da Agência Brasil, citou a possibilidade de discutir tal questão na próxima reunião do Conselho, acrescentando que fez um levantamento sobre reclamações, correções, acessos, percentuais, que demonstram que a situação não é tão preocupante, que poderá enviar a todos esse documento. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** colocou que o Conselheiro Strozi deveria entender que as unidades da EBC têm hierarquia, que qualquer reivindicação, reclamação ou protesto deve ser feito à Diretoria. O Conselheiro **Guilherme Strozi** disse que, como se trata de uma carta do representante dos funcionários da EBC, por legitimidade da eleição feita pelos funcionários da Casa, acreditava que poderia passar adiante tal demanda, em nome dos funcionários. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** disse que tal situação afeta muito a hierarquia da Casa. A Sra. **Nereide Beirão** esclareceu ao Conselheiro Strozi que não há necessidade de receber demanda de funcionário, porque estão abertas a elas, que não é necessário pular a hierarquia, não é correto até com a chefia imediata. O Conselheiro **Guilherme Strozi** considerou legítimo, se for demanda ou outro agente, fazer uma facilitação das ideias que correm com os funcionários da Empresa, para que o Conselho Curador tenha conhecimento delas, que as duas ações poderiam ser feitas simultaneamente, dizendo que via a situação não como uma provocação, mas como um processo de construção. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** considerou que era importante colocar que, quando o Conselho recebe as palavras do Conselheiro Guilherme, está recebendo a forma como ele trabalha com quem o elegeu, o Conselho não tem nada a ver com o formato ou a dinâmica como a ele chegou, por questões éticas ou profissionais que o Conselheiro deve lidar, e que deveriam ter tal conversa fora da sala. O Conselheiro **Guilherme Strozi** informou sobre outra mensagem que havia chegado a ele, sobre uma pesquisa qualitativa nos mesmos moldes em que foi feita a avaliação do telejornalismo da TV Brasil, solicitada à Agência Brasil, sobre a programação da Rádio Nacional, para que o Conselho pensasse, sugerindo à Diretoria de Jornalismo que essa avaliação de telejornalismo da TV Brasil seja exposta aos funcionários da TV Brasil. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** salientou que, dessa forma, tudo seria destruído, porque não havia hierarquia. A **Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro** questionou qual era a função do representante dos funcionários no Conselho. O Conselheiro **Guilherme Strozi** respondeu que é a de trazer a demanda das suas representatividades dentro da sociedade civil. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** disse que o Conselheiro Strozi deveria ler a lei da EBC. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** pediu que acabassem com a discussão. O Conselheiro **Guilherme Strozi** disse que estava levando uma demanda e não uma imposição para o Conselho. A Sra. **Maria Tereza Cruvinel** colocou que era uma discussão para o Conselho fazer, de vigiar a observância dos princípios da comunicação pública, que é o principal papel de qualquer conselheiro, e não o de levar demanda, pois não é um sindicato. O Conselheiro **Guilherme Strozi** disse que não via como uma demanda sindical, mas como um

processo de transparência entre os próprios funcionários que veem, no Conselho Curador, um órgão legítimo para que determinadas transformações na empresa sejam colocadas em prática. A Sra. **Nereide Beirão** disse que a demanda que o Conselheiro fez, de ser apresentado estudo, já foi apresentado na primeira fase, mesmo não estando concluído. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.



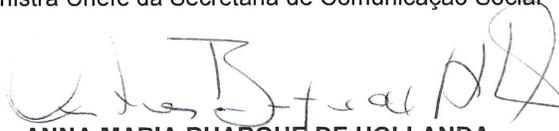
IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente



ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Vice-Presidente



HELENA CHAGAS
Ministra Chefe da Secretaria de Comunicação Social



ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA
Ministra de Estado da Cultura

MARIA DO PILAR LACERDA
Representante do Ministério da Educação

LUIZ ANTÔNIO ELIAS
Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia



DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro



ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira



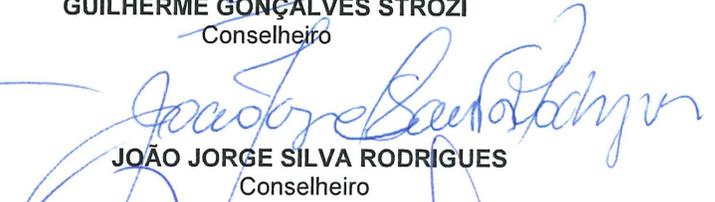
MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES
Conselheira

HELOISA MARIA MURGEL STARLING
Conselheira

LÚCIA WILLADINO BRAGA
Conselheira

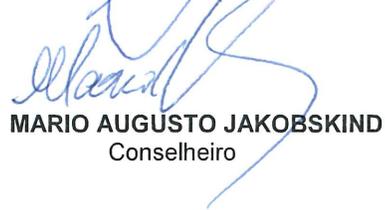
GUILHERME GONÇALVES STROZI
Conselheiro

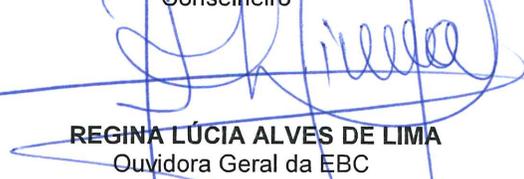

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro


JOÃO JORGE SILVA RODRIGUES
Conselheiro


MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA
Conselheiro


TAKASHI TOME
Conselheiro


MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro


REGINA LÚCIA ALVES DE LIMA
Ouvidora Geral da EBC

MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC


DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário